



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 20 DE ABRIL DE 2018 - Nº 8/2018 - MANDATO 2017 – 2021

Aos vinte dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira, e com a presença dos Senhores Vereadores Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes, Carlos Jorge Pereira, António da Conceição Moreira e João Pedro Costa Arraiolos. Secretariou a reunião, Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira em regime de substituição.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

Ponto 1 – Ratificação dos Documentos do Concurso CPR 04/2018: Aprovação do Gestor do Contrato e Júri do procedimento; Autorização da adjudicação; Aprovação da minuta do contrato.

Requerente: Município de Alpiarça – Proposta/Vereador João P. Arraiolos/Abril de 2018

Para Ratificação:

Ponto 2 – Prestação de Contas do ano de 2017

Remeter à Assembleia Municipal

Requerente: Município de Alpiarça – Proposta/Vereador João P. Arraiolos/Abril de 2018

Para Deliberação:

Ponto 3 – 13º Relatório Semestral do PSF- Plano de Saneamento Financeiro

Remeter à Assembleia Municipal

Requerente: Município de Alpiarça – Proposta/Vereador João P. Arraiolos/Abril de 2018



Para Deliberação:

Ponto 4 – Emparcelamento Rural

Município de Alpiarça/Serviço Técnico de Obras/Informação nº 95/2018 de 10 de Abril

Requerente: Lopes Pereira Sociedade de Agricultura de Grupo, Lda e Vale & Gonçalves Sociedade de Agricultura de Grupo, Lda

Para Deliberação:

Ponto 5 – Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de um evento de Concurso de Bandas-Festa do Avante, a realizar no Pavilhão Comercial do recinto das Feiras, em Alpiarça, com início às 18:00 horas do dia 21 de Abril e termo às 02:00 horas do dia 22 de Abril de 2018.

Requerente: Partido Comunista Português

Para Deliberação:

Ponto 6 – Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de uma noite de Baile, a realizar na Rua 25 de Abril, no Frade de Cima, em Alpiarça, com início às 21:00 horas do dia 21 de Abril e termo às 02:00 horas do dia 22 de Abril de 2018.

Requerente: Associação Cultural e Recreativa do Frade de Cima

Para Deliberação:

Ponto 7 - Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de quatro espetáculos circenses, a realizar no Recinto das Feiras, em Alpiarça, entre as 21h30 do dia 20 de Abril de 2018 e as 18h00 do dia 22 de Abril de 2018.

Requerente: Márcio Durval Costa Freitas – Circo Arena

Para Ratificação:

Ponto 8 - Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de um evento de Aniversário, no Restaurante sito na Reserva do Cavalo do Sorraia, em Alpiarça, com inicio às 20h00



do dia 14 de Abril de 2018, e termo às 02h00 do dia 15 de Abril de 2018.

Requerente: Beatriz Leocádio Veiga de Freitas

Para Ratificação:

Ponto 9 – Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de um evento de Aniversário, na Rua Óscar Monteiro Torres - “Bar o Gasómetro”, em Alpiarça, com início às 20h00 do dia 14 de Abril de 2018, e termo às 02h00 do dia 15 de Abril de 2018.

Requerente: Mariana Noronha Gameiro Neves Leitão

Para Ratificação:

Ponto 10 – Luto Municipal pelo falecimento de António Luís Bento Sardinheiro

Requerente: Município de Alpiarça - Proposta/Presidente/Abril de 2018

Para Conhecimento:

Ponto 11 – Proposta de Deliberação – Transmissão entre vivos dos Lotes 49 a 52 da Zona Industrial.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 12 – Pedido de Informação Prévia

Requerente: Globaltribe, Lda

Para Deliberação:

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e quinze minutos, tendo tido lugar o período de Antes da Ordem do Dia:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Presidente da Câmara em exercício cumprimentou todos os presentes e distribuiu o resumo diário de tesouraria referente ao dia dezanove de Abril de 2018, com um total de disponibilidades de 378.374,72 €.



PROPOSTA DE ATA Nº 07/2018 – RC REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2018

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona propôs as seguintes alterações: na página nove, linha quinze, onde se lê “...quando...”, deve ler-se “...quanto...”; na linha dezasseis, onde se lê “...para as populações.”, deve ler-se “...para a população.”

O Sr. Presidente da Câmara propôs também as seguintes alterações: na página quatro, linha vinte e quatro, onde se lê “...trezentos por cento.”, deve ler-se “... dois virgula três ou dois virgula quatro por cento.”; na página cinco, linha seis, onde se lê “...mereceu...”, deve ler-se “...merece...”; na página cinco, linha treze, onde se lê “... Vereador Carlos Jorge.”, deve ler-se “... Vereador Carlos Jorge responder posteriormente.”

Com as alterações propostas, a Ata foi aprovada por unanimidade. O Sr. Vereador Carlos Jorge Pereira não participou na discussão e votação da Ata, por não ter estado presente na reunião.

O Sr. Presidente da Câmara deu de seguida a palavra aos Vereadores.

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona começou por falar nas pinturas que foram feitas no muro junto à Praça da Câmara Municipal, lembrando que o Sr. Presidente tinha dito que iria ser feita uma análise da situação. Questiona agora se houve algum avanço nessa análise e se houve alguma decisão tomada sobre essa questão. Fez referência a uns contentores de lixo que estão partidos na rua da Pataia, Frade de Baixo, com monos ao lado dos contentores. Sobre esta matéria acha que deviam ser feitas algumas alterações no planeamento da recolha do lixo. Pretende saber, uma vez que o concurso para as obras do Mercado Municipal ficou deserto, qual o ponto de situação relativamente a este concurso. Sobre a taxa do IMI, referiu que colocou numa reunião anterior uma dúvida sobre a cobrança da taxa aos munícipes, ficando com a convicção que esta taxa só seria liquidada em dois mil e dezanove. Acontece que os munícipes estão agora a ser notificados, com os valores do IMI já com a taxa aprovada em dois mil e dezassete. Perguntou se a Câmara sabia que esta situação se processava desta forma ou se houve um entendimento que não tenha sido mais correto.

Pediu a palavra o Sr. Vereador António Moreira para referir algumas questões já aqui afloradas. Perguntou qual a situação relativamente aos balneários do Estádio Municipal Dr. Raul José das Neves. Recordou que ainda não lhe foram facultadas as faturas da água das Piscinas, conforme



solicitou. Voltou a referir a falta de manutenção nos jardins e as ervas nas ruas. Fez referência, mais uma vez, a um contentor no Frade de Baixo, que estaria impraticável, afirmando que ou o Sr. Vereador não tomou as devidas providências, ou, se tomou, o empregado não efetuou o serviço, uma vez que o referido contentor se encontrava ainda ontem por retirar. Sobre o IMI, disse que em reunião de Câmara foi dito que o IMI aprovado em dois mil e dezassete, seria para cobrar em dois mil e dezanove, ficando confuso pelo facto de as pessoas estarem a ser notificadas para pagar o IMI, já com a taxa aprovada em 2017.

O Sr Presidente da câmara respondeu às questões colocadas. Começou por se referir às inscrições que foram feitas no muro de suporte junto à Praça do Município. Leu parte da legislação e de um entendimento da CNE (Comissão Nacional de Eleições) sobre esta matéria, concluindo que a propaganda é livre, com algumas ressalvas no que diz respeito à segurança das pessoas e outras situações específicas, mas sublinhando a liberdade de expressão. Considerou que a capacidade de ação e de intervenção das Câmaras Municipais nesta matéria, está de certa forma condicionada, embora reconheça que há aqui alguma margem de interpretação, sobretudo nas questões técnicas. Afirmou que aquela ação não foi objeto de qualquer pedido de autorização, acrescentando que não tinha que ser. Em relação ao concurso do Mercado Municipal, este foi lançado em devido tempo, ficando deserto. A Câmara irá agora seguir a metodologia do ajuste direto, por convite a pelo menos três empresas. Sobre a taxa do IMI, afirmou que a taxa está efetivamente já a ser cobrada pelas finanças aos munícipes, contrariamente à expectativa do Município e à informação que existia de que a taxa só seria cobrada em dois mil e dezanove. Afirmou que não são as autarquias que fazem as leis tributárias e que nestes casos apenas recebem a verba do IMI que é cobrada pela administração central, através da Autoridade Tributária. Sobre as faturas das Águas do Ribatejo, relativamente às Piscinas, O Sr. Presidente pediu ao Chefe de Divisão, Dr. Nuno Paulino para tomar as providências junto dos serviços, no sentido de que o Sr. Vereador António Moreira as possa consultar. No que diz respeito às ervas nos arruamentos, o Presidente afirma que há sempre uma época do ano que é mais complicada, sobretudo a seguir ao inverno e às chuvas e com o aparecimento do calor, situação que se pode também verificar noutros concelhos. Sublinhou que é uma situação que também não lhe agrada e que se está a procurar combater este problema. Deu nota que o Município tem agora menos



trabalhadores do que em 2009 e que isso é notório, sobretudo nos serviços exteriores e que tal facto se reflete a este nível.

O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Vereador Carlos Jorge. Começou por dizer que, em relação a questões da reunião anterior, o Coreto no Jardim Municipal foi apenas reparado e pintado. Sobre o bebedouro afirma que ele existe no espaço do Jardim, entre o Posto de Turismo e a Rua José Relvas. Em relação ao contentor de lixo no Frade de Baixo, afirmou que não havia contentores para fazer a substituição de imediato. Assim que chegaram, o mesmo foi retirado e substituído por outro. Sobre a falta de manutenção dos jardins, disse que esta altura do ano é propícia a estas situações. Informou que as pessoas são as mesmas para todas as ruas e que, nestas situações, não é possível chegar a todo o lado ao mesmo tempo. Afirmou que a recolha do lixo e a limpeza da vila vão continuar, conforme programado.

O Sr. Presidente deu de seguida a palavra ao Sr. Vereador João Pedro Arraiolos, que disse, em relação à taxa de IMI, que o que foi transmitido, de boa fé, é que esta só seria cobrada em dois mil e dezanove, não havendo qualquer interesse em transmitir outro tipo de informação que não a verdadeira. Quanto ao campo de futebol afirmou, em resposta a uma pergunta do Sr. Vereador António Moreira, que está a ser feita manutenção ao relvado artificial, que já vai com 12 anos de utilização, ao contrário do anterior que durou apenas cinco anos. Sobre a situação dos balneários aguarda-se a oportunidade para fazer uma candidatura, de forma a conseguir alguma comparticipação para as obras, iniciando-se o mais rápido possível.

O Sr. Vereador António Moreira volta a referir a questão do IMI, afirmando que fez uma reclamação nas finanças, sobre o ano de pagamento desta taxa.

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona fala novamente nas inscrições no muro junto à Praça do Município, entendendo que aquelas não podiam ser feitas da maneira que o foram. Entende que a Câmara poderia ter mandado parar as inscrições e que daí não viria nenhum crime contra a liberdade de expressão, pelo contrário, estaria, do seu ponto de vista, a defender o património público. Depois de todas as considerações feitas sobre esta questão e tendo em conta tudo o que foi dito, a Sra. Vereadora pretende saber o que vai a Câmara fazer.

O Sr. Presidente disse que para já o Município não vai fazer nada, estando a avaliar a situação e posteriormente tomará uma decisão, de acordo com a lei.



Terminado o período de antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

ORDEM DO DIA:

Ponto 1 – Ratificação dos Documentos do Concurso CPR 04/2018: Aprovação do Gestor do Contrato e Júri do procedimento; Autorização da adjudicação; Aprovação da minuta do contrato.

Requerente: Município de Alpiarça – Proposta/Vereador João P. Arraiolos/Abril de 2018

Para Ratificação:

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos prestou alguns esclarecimentos sobre este ponto.

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona referiu que se trata de aspetos formais que já foram abordados em reunião de Câmara, informando que na altura chamou a atenção para os trabalhos a mais que não estavam previstos, e que se irá abster, por se tratar de uma ratificação.

Posta à votação, foi a ratificação aprovada por maioria, com a abstenção dos vereadores do Partido Socialista.

Ponto 2 – Prestação de Contas do ano de 2017

Remeter à Assembleia Municipal

Requerente: Município de Alpiarça – Proposta/Vereador João P. Arraiolos/Abril de 2018

Para Deliberação:

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona afirmou que é muito difícil, num prazo tão curto, tendo em conta que não tiveram acesso à documentação em papel, só através de um link para os documentos da reunião de Câmara, que o Sr. Vereador António Moreira não conseguiu abrir. Referiu que o documento de prestação de contas é um documento com muitas páginas e que, na sua opinião, deveria ter sido entregue aos vereadores do Partido Socialista, pelo menos uma versão em papel. Depois de algumas considerações sobre o assunto decidiu-se iniciar a discussão do mesmo.

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos começou por salientar que a prestação de contas é um documento que cumpre a legislação em vigor, sendo essencialmente um documento técnico onde



constam todas as atividades desenvolvidas ao longo do ano de dois mil e dezassete. Destacou, após a aprovação do PARU, a possibilidade de construção do novo Jardim Municipal, na sua grande maioria feito em dois mil e dezassete, bem como a apresentação e aprovação da candidatura para a recuperação do Mercado Municipal. Ainda nesse ano, foi apresentada uma candidatura, no âmbito do Programa Operacional do Alentejo, para a eficiência energética, que prevê a substituição de todas as luminárias existentes no concelho de Alpiarça. Salientou ainda, sobre a prestação de contas, a diminuição da dívida global em cerca de cinco milhões de euros relativamente ao ano de dois mil e nove; a dinamização e promoção de um conjunto de atividades culturais e económicas; o lançamento dos meses temáticos na área da cultura e a elevada dinâmica das atividades da Casa do Patudos-Museu de Alpiarça; a atribuição das bolsas de estudo para o ensino superior. Destacou também a dinamização e o apoio a eventos desportivos e o desenvolvimento de atividades físicas para crianças e jovens, bem como um conjunto de ações ao nível social, na valorização do trabalho e dos trabalhadores do município e outras.

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona referiu-se à falta de protagonismo do município, na organização das atividades do concelho, afirmando que a esmagadora maioria das atividades referidas são organizadas com a colaboração do município, não sendo atividades promovidas diretamente pelo município, sendo promovidas por vários agentes associativos a que o município se associa. Salientou que faltam iniciativas com outro tipo de conteúdo, que funcionem mais com o aspeto de procurar algum retorno, em termos de crescimento e de desenvolvimento, referindo-se a iniciativas com empresários, com comerciantes, com jovens, falando aqui na constituição de uma Comissão Municipal de Juventude, que, na sua opinião poderiam trazer alguma criatividade e um conjunto de outras atividades ao concelho. Entende que, do seu ponto de vista, faltam atividades na área da economia, que tenham como objetivo o desenvolvimento e o crescimento da Zona Industrial, importante para a criação de emprego. Na área do turismo, continua a achar que é preciso ir mais longe, afirmando que é necessário criar condições e atrativos para que as pessoas nos visitem e possam usufruir dos espaços e que há um conjunto de outras ofertas que podem ser trabalhadas com outros agentes económicos do concelho. Considerou positivas as iniciativas destinadas aos jovens e à infância e que essas atividades devem continuar a ser desenvolvidas, quer com as escolas, quer com outras entidades. Relativamente às contas, realçou a diminuição da



dívida global, fruto do PSF, mas assinalou que a dívida de curto prazo aumentou excessivamente. Interveio de seguida o Sr. Presidente, que disse que, em relação ao apoio às coletividades, acha que estas têm um papel determinante na vida social do concelho e que é com muito agrado que a Câmara colabora com estas, no apoio a várias iniciativas. Assinalou que a participação das autarquias no apoio às Associações e Coletividades é ainda mais visível em concelhos mais pequenos.

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos discorda do que foi dito pela Sra. Vereadora Sónia Sanfona e disse que as atividades referenciadas nos documentos de prestação de contas, são todas desenvolvidas pelo Município. Destaca a área da cultura, o mês do teatro, o Dia da Mulher, o carnaval, o Festival do Melão, a Alpiagra, iniciativas na área do desporto. Em relação à dívida de curto prazo afirma que é uma evidência e que está refletido no próprio relatório, havendo, neste aspeto, uma dificuldade no município, estando-se a fazer tudo o que é possível para inverter esta tendência e que nos próximos anos esta situação será normalizada. Referiu que, apesar de se ter baixado a dívida global, em 2017 baixou mais de 730 mil euros, a pressão causada pelo serviço da dívida continua a condicionar os pagamentos de curto prazo, procurando-se também aqui inverter esta tendência.

Posto este ponto à votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista. Deliberado ainda remeter o ponto à Assembleia Municipal.

Ponto 3 – 13º Relatório Semestral do PSF- Plano de Saneamento Financeiro

Remeter à Assembleia Municipal

Requerente: Município de Alpiarça – Proposta/Vereador João P. Arraiolos/Abril de 2018

Para Deliberação:

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos fez o enquadramento do ponto. Afirmou que, no essencial, o município continua a diminuir a dívida, cumprindo o Plano de Saneamento.

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona fez referência ao mapa demonstrativo das receitas cobradas ao longo do período do PSF e disse que a previsão da receita, do orçamento de 2017, que o município apresenta, é muitíssimo excessiva relativamente à receita efetivamente cobrada. Reconheceu que os orçamentos são documentos previsionais, que não têm valores exatos, mas, no seu entender, há



condições para que o que se prevê em relação às receitas seja mais aproximado do que vem depois a ser cobrado. Perguntou, em relação à rubrica dos rendimentos de propriedades, quais as propriedades e porque há uma disparidade tão grande entre o previsto e o efetivamente cobrado. No mesmo sentido, fez também uma pergunta sobre a rubrica de venda de bens de investimento. Colocou ainda uma questão sobre a rubrica “proveitos diferidos”, a que respeitam estas verbas. Considerou que o PSF obriga a um conjunto de regras que têm em vista o saneamento financeiro do município, o Plano tem um prazo e um conjunto de regras e disse que o que resulta do relatório é que as regras têm sido cumpridas, mas, na sua opinião, os objetivos ficam aquém dos que foram traçados inicialmente.

O Sr. Presidente da Câmara afirmou que esta discussão já foi feita no passado, dizendo que esta foi a opção tomada e que o PSF tem por objetivo colocar o município numa situação de cumprimento relativamente aos limites de endividamento.

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos recorda que o PSF foi feito em dois mil e dez, embora só tenha sido aprovado em dois mil e onze, com previsões para doze anos e que algumas rubricas poderão variar, de acordo com algumas contingências de determinados momentos. Em relação ao que é orçamentado, as leis que regem a constituição destes não preveem a integração de dívidas de curto prazo, que terão de ser incluídas nos respetivos exercícios. Respondendo às questões colocadas disse que os rendimentos de propriedade têm a ver essencialmente com as rendas da ocupação do espaço público; A venda de bens de investimento refere-se ao acumular das verbas previstas em relação ao que estava previsto cobrar no decorrer do PSF, que não se concretizou até esta altura e daí a necessidade de recorrer a empréstimos de curto prazo. Sobre a diferença do previsto e do efetivamente cobrado, em relação ao orçamento, referiu que a execução do mesmo ficou perto dos oitenta por cento. Relativamente aos “proveitos diferidos” afirmou tratar-se da demonstração da evolução do passivo e a diferença é em relação ao ano anterior e não ao que estava orçado. Esta rubrica representa o conjunto de investimentos feito ao longo dos anos, contabilizado como proveito e depois diferido no tempo consoante a vida útil de cada um dos investimentos, sendo que, este valor irá diminuir ao longo dos anos.



Ponto 4 – Emparcelamento Rural

Município de Alpiarça/Serviço Técnico de Obras/Informação nº 95/2018 de 10 de Abril

Requerente: Lopes Pereira Sociedade de Agricultura de Grupo, Lda e Vale & Gonçalves Sociedade de Agricultura de Grupo, Lda

Para Deliberação:

Não houve intervenções.

Posto à votação, foi o ponto aprovado por unanimidade, de acordo com a informação técnica. Deliberado emitir certidão da deliberação.

Ponto 5 – Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de um evento de Concurso de Bandas-Festa do Avante, a realizar no Pavilhão Comercial do recinto das Feiras, em Alpiarça, com início às 18:00 horas do dia 21 de Abril e termo às 02:00 horas do dia 22 de Abril de 2018.

Requerente: Partido Comunista Português

Para Deliberação:

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona colocou uma questão de pormenor em relação a uma assinatura, que foi prontamente esclarecida.

Posto à votação, foi o ponto aprovado por unanimidade, com isenção das taxas.

Ponto 6 – Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de uma noite de Baile, a realizar na Rua 25 de Abril, no Frade de Cima, em Alpiarça, com início às 21:00 horas do dia 21 de Abril e termo às 02:00 horas do dia 22 de Abril de 2018.

Requerente: Associação Cultural e Recreativa do Frade de Cima

Para Deliberação:

Não houve intervenções.

O Ponto foi aprovado por unanimidade, com isenção das taxas.

Ponto 7 - Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de quatro espetáculos circenses, a realizar no Recinto das Feiras, em Alpiarça, entre as 21h30 do dia 20 de Abril de 2018 e as 18h00 do dia 22 de Abril de 2018.



Requerente: Márcio Durval Costa Freitas – Circo Arena

Para Ratificação:

Não houve intervenções.

A Ratificação foi aprovada por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista.

Ponto 8 - Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de um evento de Aniversário, no Restaurante sito na Reserva do Cavalo do Sorraia, em Alpiarça, com início às 20h00 do dia 14 de Abril de 2018, e termo às 02h00 do dia 15 de Abril de 2018.

Requerente: Beatriz Leocádio Veiga de Freitas

Para Ratificação:

Não houve intervenções.

Posta à votação, foi a ratificação aprovada por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista.

Ponto 9 – Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de um evento de Aniversário, na Rua Óscar Monteiro Torres - “Bar o Gasómetro”, em Alpiarça, com início às 20h00 do dia 14 de Abril de 2018, e termo às 02h00 do dia 15 de Abril de 2018.

Requerente: Mariana Noronha Gameiro Neves Leitão

Para Ratificação:

O Sr. Vereador António Moreira colocou uma questão sobre a localização, que foi de imediato esclarecida.

A Ratificação foi aprovada por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista.

Ponto 10 – Luto Municipal pelo falecimento de António Luís Bento Sardinheiro

Requerente: Município de Alpiarça - Proposta/Presidente/Abril de 2018

Para Conhecimento:

O Sr. Presidente leu o Voto de Pesar.

Foi dado conhecimento.



Ponto 11 – Proposta de Deliberação – Transmissão entre vivos dos Lotes 49 a 52 da Zona Industrial.
Município de Alpiarça

Para Deliberação:

O Sr. Presidente leu a proposta de deliberação, afirmando que se trata de uma empresa de embalagem de frutas, que pretende iniciar atividade na Zona Industrial.

Posto à votação, foi o ponto aprovado por unanimidade, de acordo com informação técnica e jurídica. Deliberado também não exercer o direito de preferência, por parte da Câmara, sobre os referidos lotes.

Ponto 12 – Pedido de Informação Prévia

Requerente: Globaltribe, Lda

Para Deliberação:

O Sr. Presidente fez o enquadramento do Ponto.

Posto à votação, o ponto foi aprovado por unanimidade, de acordo com informação técnica.

PERÍODO DO PÚBLICO

Não houve intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezassete horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de apoio à Presidência, a redigi e assino.